

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR  
MARCOS CATALAN  
PABLO MALHEIROS  
*Coordenadores*



## DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA

**Área específica**

DIREITO CIVIL

**Áreas afins**

DIREITO DIGITAL,  
DIREITO ELETRÔNICO,  
DIREITO E TECNOLOGIA,  
DIREITO DO CONSUMIDOR

**Público-alvo/consumidores**

Advogados e demais operadores jurídicos que buscam especialização no campo do Direito Digital, estudantes de graduação dos últimos três semestres (o livro servirá como bibliografia para os trabalhos de conclusão de curso), alunos de cursos de especialização em direito civil e empresarial, bem como alunos de mestrado/doutorado, já que os organizadores e alguns autores incluirão a obra nas bibliografias básicas de suas respectivas disciplinas

Estamos vivenciando um intenso período de mudanças provocadas pela utilização de novas tecnologias. O impacto das alterações no modo de interagir com as pessoas, comprar produtos e serviços, aliado ao surgimento de novos bens e formas de compartilhamento, necessita de atenção da doutrina, especialmente pela velocidade com que tais mudanças chegam para apreciação no Poder Judiciário.

Em vários aspectos, as soluções analógicas oferecidas pela legislação vigente necessitam ser repensadas e funcionalizadas, sobretudo num contexto de ausência de regulação estatal (ou regulação insuficiente) sobre temas relativos à inteligência artificial, engenharia genética, novas moedas, privacidade e proteção de dados, ferramentas digitais de interação social e negócios, entre tantos outros assuntos, que constituem uma parcela crescente de nosso cotidiano.

A proposta deste livro é registrar as mudanças nos institutos do direito privado (e as perspectivas para os próximos anos) a partir do impacto das transformações tecnológicas que vivenciamos. Trata-se de uma iniciativa que busca congrega pesquisadores e profissionais do direito de todo o país, além de convidados estrangeiros, para que se possa apresentar um grande retrato do impacto da tecnologia no cotidiano dos sujeitos de direito, tanto em suas relações existenciais quanto patrimoniais.

**FORMATO:** 17 X 24 cm  
**CÓDIGO:** 10001798

D598 Direito Civil e tecnologia / Marcos Ehrhardt Júnior, Marcos Catalan, Pablo Malheiros (Coord.).—  
Belo Horizonte : Fórum, 2020

756p.; Ebook.

ISBN: 978-65-5518-036-7

1. Direito Civil. 2. Direito Digital. 3. Direito Eletrônico. 4. Tecnologia. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Catalan, Marcos. III. Malheiros, Pablo. IV. Título.

CDD: 342.1

CDU: 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo (Coord.). Direito Civil e tecnologia. Belo Horizonte: Fórum, 2020. Ebook. ISBN 978-65-5518-036-7.

### **MARCOS EHRHARDT JÚNIOR**

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de Mestrado e Graduação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro Universitário Cesmac. Pesquisador Visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (Hamburgo/Alemanha). Editor da *Revista Fórum de Direito Civil – RFDC*. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e Vice-Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (Iberc). Membro-Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCONT. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

### **MARCOS CATALAN**

Doutor *summa cum laude* em Direito pela Faculdade do Largo do São Francisco – Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professor na Pós-Graduação em Direito e Sociedade da Universidade LaSalle. Professor na Escola de Direito da Unisinos. *Visiting Scholar* no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio Pós-Doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016).

### **PABLO MALHEIROS**

Pós-Doutor em Direito na Universidade de Brasília. Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Especialista em Direito Civil pela Unisul. Especialista em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito na Universidade Católica de Brasília. Graduando em Filosofia na Universidade Católica de Brasília. Professor Adjunto em Direito Civil e Processo Civil da Universidade Federal de Goiás e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da mesma instituição. Diretor de Publicação do IBDCONT. Diretor do IBDFAM/DF. Assessor Jurídico na Terracap (DF). Advogado.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
Marcos Catalan, Marcos Ehrhardt Júnior, Pablo Malheiros .....	17

### PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

#### DO DEVER DE PREVENÇÃO EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Eduardo Luiz Busatta .....	25
1 Introdução .....	25
2 Da privacidade à proteção de dados pessoais (ou do homem-castelo à autodeterminação informativa no mundo em rede) .....	27
3 Da sociedade de risco e dos riscos em relação aos dados pessoais.....	33
4 Prevenção em matéria de proteção de dados pessoais .....	38
4.1 A travessia do direito: da atuação repressiva à atuação preventiva.....	38
4.2 A abordagem baseada no risco do Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD (UE) 2016/679 .....	42
4.3 Princípios da boa-fé, segurança, prevenção, responsabilização e prestação de contas: a racionalidade ex ante da LGPD.....	45
5 Conclusão .....	52
Referências.....	53

#### A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO NASCITURO

Adriano Marteleto Godinho, Daniel Sampaio de Azevedo .....	57
1 Introdução .....	57
2 A situação jurídica do nascituro no direito brasileiro.....	59
3 O nascituro como titular do direito à proteção dos dados pessoais.....	64
4 Considerações finais .....	65
Referências.....	66

#### A NATUREZA JURÍDICA DO CONSENTIMENTO PREVISTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: ENSAIO À LUZ DA TEORIA DO FATO JURÍDICO

Juliana de Oliveira Jota Dantas, Eduardo Henrique Costa.....	69
Introdução .....	69
1 A Lei Geral de Proteção de Dados e estrutura para o fluxo de dados .....	70
1.1 Classificação dos dados pessoais segundo a LGPD .....	73
1.2 Princípios inerentes ao tratamento de dados pessoais: contextualização evolutiva da boa-fé objetiva .....	73
2 Consentimento e autodeterminação informativa .....	75
3 Breves considerações sobre a teoria do fato jurídico para recorte epistemológico no estudo do consentimento .....	78
3.1 A constituição do fato jurídico .....	78
3.2 Espécies de fato jurídico.....	80
4 Em busca da natureza jurídica do consentimento.....	81
Considerações finais .....	86
Referências.....	87

#### O USO DE DRONES NO JORNALISMO E A TUTELA DA PRIVACIDADE

Antonio Jorge Pereira Júnior, Caio Morau .....	89
Introdução .....	89
1 Conceituação e regulamentação do uso de <i>drones</i> .....	90
2 Os dilemas do jornalismo por meio de <i>drones</i> e a proteção à privacidade .....	92
3 Direitos sob risco .....	94
Conclusão .....	98
Referências.....	99

## A PRIVACIDADE NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E A CULTURA DO CANCELAMENTO

Bruno de Lima Acioli, Erick Lucena Campos Peixoto.....	101
1 Notas introdutórias.....	101
2 Privacidade nas redes sociais.....	103
3 “Descansa, militante!”.....	104
4 “Passando o pano”.....	106
5 A cultura do cancelamento e o politicamente correto.....	107
6 Redes sociais, memória, esquecimento e cancelamento.....	112
7 Considerações finais.....	114
Referências.....	115

## CÂMERAS PRIVADAS DE VIGILÂNCIA ANTE O DIREITO À PRIVACIDADE E OS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Jéssica Andrade Modesto, Marcos Ehrhardt Júnior.....	117
1 Introdução.....	117
2 Direito à privacidade na sociedade da informação.....	118
3 Os limites à utilização das câmeras privadas de vigilância: o direito à privacidade e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	121
4 Considerações finais.....	125
Referências.....	127

## A DIFUSÃO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NA URBE CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO INSPIRADO EM ARGOS PANOPTES, CÉREBROS ELETRÔNICOS E SUAS CONEXÕES COM A LIBERDADE E A IGUALDADE

Marcos Catalan.....	129
1 A cidade em movimento: uma sucinta reflexão a título de introito.....	129
2 Abrindo fissuras na fenomenologia das relações sociais: método, metodologia e dados relevantes acerca de Porto Alegre e Canoas.....	133
3 A vingança de Argos Panoptes.....	137
4 Conclusões inconclusivas: sobre sombras e vaga-lumes.....	141
Referências.....	142

## O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OS LIMITES AO SERVIÇO REMUNERADO DE CONFERÊNCIA DE DADOS POR BIOMETRIA

Ricardo Schneider Rodrigues, Regina Linden Ruaro.....	145
Introdução.....	145
1 O direito fundamental à proteção de dados pessoais no Brasil.....	147
2 O âmbito de proteção do direito fundamental à proteção de dados pessoais.....	151
2.1 O bem jurídico protegido: a delimitação de dados pessoais e de dados sensíveis.....	152
2.2 O conteúdo do direito fundamental à proteção de dados: as posições jurídicas situadas em seu âmbito de proteção.....	154
3 Os limites e os limites aos limites do direito fundamental à proteção de dados pessoais.....	156
4 Análise do serviço de conferência de dados à luz do direito fundamental à proteção de dados pessoais.....	159
Conclusão.....	162
Referências.....	163

## O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO COMBATE À COVID-19: ENTRE SOLUÇÕES E DANOS COLATERAIS

Gabriela Buarque Pereira Silva, Jéssica Andrade Modesto, Marcos Ehrhardt Júnior.....	167
1 Introdução.....	167
2 Utilização de dados pessoais no combate à Covid-19: entre soluções e danos colaterais.....	168
3 Medidas de enfrentamento à pandemia e a importância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	173
4 O tratamento de dados pessoais para fins de proteção sanitária no Brasil durante a <i>vacatio legis</i> da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	178
5 Conclusão.....	180
Referências.....	182

## RELAÇÕES OBRIGACIONAIS PATRIMONIAIS

### REFLEXÕES SOBRE OS CONTRATOS INTELIGENTES (SMART CONTRACTS) E SEUS PRINCIPAIS REFLEXOS JURÍDICOS

Guilherme Magalhães Martins, José Luiz de Moura Faleiros Júnior .....	189
1 Introdução .....	189
2 O poder pela arquitetura: Lessig, Reidenberg e... Nakamoto? .....	190
2.1 Da <i>Lex Informatica</i> ao <i>Code</i> .....	192
2.2 A tecnologia <i>blockchain</i> vista em perspectiva .....	194
2.3 A rede <i>Ethereum</i> e sua relevância para os contratos inteligentes ( <i>smart contracts</i> ) .....	195
3 Exequibilidade baseada no código ( <i>code-based enforcement</i> ) .....	197
4 Periclitâncias e aporias .....	199
4.1 <i>Smart contracts</i> e contratos relacionais .....	202
4.2 Os custos da inflexibilidade .....	202
4.3 Os riscos da tecnocracia .....	204
5 Considerações finais .....	205
Referências .....	206

### NOVAS FORMAS CONTRATUAIS ESTABELECIDAS A PARTIR DO MONITORAMENTO DIGITAL

Maurício Requião, Fernanda Rêgo Oliveira Dias .....	209
1 O monitoramento comportamental através da coleta massiva de dados pessoais na era digital .....	209
2 Novas formas contratuais estabelecidas a partir do monitoramento .....	213
3 Natureza jurídica das novas formas contratuais .....	216
3.1 Boa-fé no ordenamento jurídico brasileiro. Um paralelo com a sociedade da transparência .....	216
3.2 Incerteza e falibilidade humana como elementos da execução contratual .....	219
3.3 Comparação com os contratos de adesão .....	220
4 Considerações finais .....	223
Referências .....	223

### FINTECHS DE CRÉDITO: BREVE ENSAIO SOBRE A SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS E A SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO

André Luiz Arnt Ramos, Paulo Mayerle Queiroz .....	225
Introdução .....	225
A Resolução CMN nº 4.656/2018 e as <i>fintechs</i> de crédito (sociedade de empréstimo entre pessoas e sociedade de crédito direto) .....	228
Conclusão .....	234
Referências .....	235

### ASSINATURA ELETRÔNICA DE CONTRATOS DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA: O IMPACTO DA TECNOLOGIA NO DIREITO IMOBILIÁRIO CONTEMPORÂNEO

Flaviana Rampazzo Soares .....	237
Introdução .....	237
1 O traço conceitual da assinatura .....	238
2 A assinatura virtual e as suas espécies: digital e eletrônica .....	239
2.1 A assinatura digital .....	240
2.2 A assinatura eletrônica .....	241
3 Níveis de segurança das assinaturas virtuais .....	242
4 Aplicações das assinaturas virtuais na compra e venda de imóveis .....	243
5 Requisitos específicos de validade da assinatura eletrônica nos compromissos de compra e venda e presunção relativa de integridade de conteúdo e de autoria .....	246
Conclusões .....	248
Referências .....	250

### INOVAÇÃO EM SEGUROS – REFLEXÕES PARA OS CAMINHOS DE TRANSIÇÃO

Angélica Lucía Carlini .....	253
Introdução .....	253
1 Linhas gerais dos aspectos técnicos dos contratos de seguros privados .....	254

2	Inovação e seguro – Como inovar em um setor conservador .....	256
3	Tendências de inovação para o setor de seguros: os seguros cibernéticos ( <i>cyber seguros</i> ) .....	259
	Conclusão .....	262
	Referências.....	263

#### APLICATIVOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA: TUTELA DA VULNERABILIDADE DOS USUÁRIOS DIANTE DOS “TERMOS E CONDIÇÕES DE USO”

	Eduardo Nunes de Souza, Cássio Monteiro Rodrigues.....	265
1	Introdução .....	265
2	O modelo negocial da <i>sharing economy</i> .....	266
3	Tutela de vulnerabilidades contratuais e sua extensão à economia compartilhada .....	271
4	Desafios postos pelos termos e condições de uso das plataformas de compartilhamento.....	275
5	Considerações finais .....	280
	Referências.....	281

#### PRÁTICAS DE DISCRIMINAÇÃO DO CONSUMIDOR EM RAZÃO DA SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: *GEOPRICING* E *GEOBLOCKING*

	Cristiano Heineck Schmitt, Camila Possan de Oliveira.....	283
	Introdução .....	283
1	Tipos de vulnerabilidade .....	283
2	Discriminações no mercado de consumo .....	286
3	<i>Geopricing</i> e <i>geoblocking</i> .....	287
4	Outras sanções aplicáveis à discriminação do consumidor em razão da sua geolocalização.....	291
	Conclusão .....	294
	Referências.....	294

### RELAÇÕES FAMILIARES E DIREITO DAS SUCESSÕES

#### CONVIVÊNCIA VIRTUAL: É PRECISO PRIMEIRO TENTAR CONVIVER – NOVAS TECNOLOGIAS E OS DESAFIOS PÓS-COVID-19

	Caroline Pomjé, Simone Tassinari Cardoso Fleischmann.....	299
1	Introdução .....	299
2	A convivência parental: delimitação do instituto .....	300
3	Convivência em situações de excepcionalidade: Covid-19 e o convívio familiar.....	306
4	Conclusão .....	311
	Referências .....	313

#### OS IMPACTOS DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NOS INSTITUTOS DA GUARDA E CONVIVÊNCIA FILIAL

	Ana Carolina Pires de Souza Senna .....	317
	Introdução .....	317
1	Evolução da família – Da família patriarcal à família virtual .....	318
2	Institutos que regem as relações filiais – Autoridade parental, guarda e convivência familiar .....	320
2.1	Autoridade parental (poder familiar) .....	320
2.2	Guarda .....	322
2.2.1	Modalidades de guarda: unilateral e compartilhada .....	323
2.2.2	A imposição legal do compartilhamento da guarda .....	324
2.3	Convivência familiar (o direito de visitas).....	325
2.3.1	A convivência familiar equilibrada na guarda compartilhada.....	326
3	A base de moradia.....	327
4	Utilização dos recursos tecnológicos como forma de efetivação da guarda e convivência filial .....	328
	Conclusão .....	330
	Referências.....	331



## TUTELA JURÍDICA DOS BENS DIGITAIS ANTE OS REGIMES DE BENS COMUNHEIROS

Ana Carolina Brochado Teixeira, Livia Teixeira Leal .....	333
1 Transformações tecnológicas e seus reflexos sobre a concepção de propriedade .....	333
2 Os bens digitais e suas peculiaridades.....	336
3 A (im)possibilidade de partilha dos bens digitais .....	338
4 Considerações finais .....	344
Referências.....	345

## TECNOLOGIA NO COMBATE À MÁ-FÉ DO DEVEDOR DE ALIMENTOS: A PRESUNÇÃO JUDICIAL DA RIQUEZA APARENTE

Maria Rita de Holanda .....	347
I Introdução .....	347
II Os alimentos e sua efetividade no contexto de vulnerabilidades.....	348
III Privacidade e relativização .....	352
IV A riqueza aparente nas redes e os mecanismos de valorização judicial dos indícios como garantia da efetividade dos alimentos .....	354
V Conclusão .....	357
Referências.....	358

## NOVAS TECNOLOGIAS DE DETERMINAÇÃO DA PATERNIDADE E INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL NA AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA

Lucas Abreu Barroso, Lorenzo Caser Mill.....	361
1 Abertura.....	361
2 A petição de herança e sua natureza jurídica.....	361
3 (In)adequação do prazo prescricional geral do Código Civil?.....	363
4 A questão do início da contagem do prazo prescricional .....	364
5 Novas tecnologias de determinação da paternidade e o prazo extintivo da pretensão do exercício do direito de ação na petição de herança.....	365
Referências.....	367

## A COVID-19, O FORMALISMO DO TESTAMENTO E A REFLEXÃO SOBRE O POSSÍVEL PAPEL DA TECNOLOGIA

Rodrigo Mazzei, Bernardo Azevedo Freire.....	369
I Notas introdutórias acerca do planejamento sucessório e do testamento .....	369
II Dos rigores formais do testamento particular em tempos de isolamento social e da tecnologia como válvula de escape.....	372
III Da conclusão .....	376

## PROPOSTAS PARA A REGULAÇÃO DA HERANÇA DIGITAL NO DIREITO BRASILEIRO

Gabriel Honorato, Livia Teixeira Leal.....	379
1 Notas introdutórias.....	379
2 Tentativas de regulação da herança digital e os equívocos legislativos.....	381
3 Propostas para a regulação da matéria .....	384
4 Notas conclusivas .....	391
Referências.....	392

## DIREITO DE DANOS ANTE AS NOVAS TECNOLOGIAS

### A LESÃO CONTINUADA DECORRENTE DE PUBLICAÇÃO EM MÍDIA DIGITAL

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho, Gustavo Souza de Azevedo .....	397
1 Introdução: a influência do tempo nas relações jurídicas .....	397
2 Publicação em mídia digital e lesão continuada.....	399
3 Consequências jurídicas da lesão continuada oriunda de publicação no ambiente virtual.....	403
3.1 Contagem de prazos prescricionais e decadenciais .....	404

3.2	Possibilidade de tutela de remoção do ilícito.....	406
3.3	Quantificação da compensação por danos extrapatrimoniais sofridos pela vítima.....	408
4	Reflexões finais .....	409
	Referências.....	410

## RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADVOGADOS NO TRATAMENTO DE DADOS À LUZ DA LEI Nº 13.709/2018

Carlos Nelson Konder, Marco Antônio de Almeida Lima.....		413
1	Introdução .....	413
2	O cenário atual da responsabilidade civil por dano causado na prestação de serviços advocatícios.....	415
3	O regime de responsabilidade civil adotado pela LGPD .....	418
3.1	Argumentos a favor da responsabilidade objetiva.....	420
3.2	Argumentos a favor da responsabilidade subjetiva.....	422
3.3	Afinal, qual é o regime adotado pela LGPD?.....	423
4	Os impactos da LGPD na responsabilidade civil do advogado por tratamento de dados.....	425
5	Conclusão .....	427
	Referências.....	428

## CONTORNOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS FORMADOS A PARTIR DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Geraldo Frazão de Aquino Júnior.....		431
1	A internet e a contratação eletrônica .....	431
2	Os contratos eletrônicos.....	436
3	A responsabilidade civil no âmbito dos contratos eletrônicos formados a partir de sistemas de inteligência artificial .....	442
4	Considerações finais .....	447
	Referências.....	448

## RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PELA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE ILÍCITA NAS REDES SOCIAIS

Dante Ponte de Brito.....		451
1	Introdução .....	451
2	Ciberespaço, publicidade, consumismo e redes sociais .....	452
3	Influenciadores digitais e controle da publicidade nas redes sociais.....	455
4	Responsabilização dos influenciadores digitais e dever de indenizar .....	461
5	Conclusão .....	463
	Referências.....	463

## LIBERDADE, VERDADE E FAKE NEWS: MECANISMOS PARA O RESSARCIMENTO DE DANOS

João Quinelato .....		465
	Introdução .....	465
1	<i>Fake news</i> : definição, consequências e incompatibilidades com as liberdades comunicativas .....	468
1.1	<i>As fake news</i> e o <i>marketplace of ideas</i> .....	473
1.2	Os limites às liberdades comunicativas .....	478
2	A responsabilidade civil solidária entre o provedor de aplicações e o autor da notícia pelos danos decorrentes de <i>fake news</i> .....	480
	Síntese conclusiva.....	484
	Referências.....	485

## DISRUPÇÃO E DESAFIOS DE NOVAS TECNOLOGIAS

### NOVAS TECNOLOGIAS E O FUTURO DAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS PRIVADAS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A PREPONDERÂNCIA DO “FATOR HUMANO”

Alexandre Barbosa da Silva, Phillip Gil França.....		491
1	Introdução .....	491



2	Relações obrigacionais na era da inteligência artificial .....	494
3	Quando a inteligência artificial ameaça a inteligência natural nas relações obrigacionais .....	497
4	Direito obrigacional, inteligência artificial e fator humano .....	500
5	Conclusões.....	505
	Referências.....	508

## A ROBÓTICA E AS DISCUSSÕES SOBRE A PERSONALIDADE ELETRÔNICA

	Marcelo de Oliveira Milagres .....	509
1	Considerações iniciais.....	509
2	Robótica .....	510
3	Personalidade.....	511
4	Robótica e personalidade .....	513
5	Conclusões.....	517
	Referências.....	518

## DOS PINCÉIS AOS ALGORITMOS: A TITULARIDADE DAS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E CRIATIVAS RESULTANTES DA APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

	Marcelo L. F. de Macedo Bürger, Rafael Corrêa .....	519
1	“Lord, what fools these mortals be!”: Píccasso, a <i>selfie</i> do macaco, inteligência artificial e o incessante repensar sobre as titularidades.....	519
2	A expansão da criatividade e a aquisição de propriedade intelectual: inovação em sentido estético e técnico nas aplicações de inteligência artificial.....	523
3	A César o que é de César: a quem atribuir a titularidade das expressões artísticas e criativas desenvolvidas por inteligência artificial? .....	527
4	Conclusões.....	531
	Referências.....	532

## STARTUPS E EMPREENDEDORISMO DE BASE TECNOLÓGICA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O DIREITO SOCIETÁRIO BRASILEIRO

	José Luiz de Moura Faleiros Júnior .....	535
1	Introdução .....	535
2	O empreendedorismo e seu papel no “direito das <i>startups</i> ” .....	535
2.1	Inovação disruptiva, inovação descontínua e testagem .....	538
2.2	Pivotagem e MVP .....	539
3	O “direito das <i>startups</i> ” no Brasil.....	540
3.1	Relações B2B, B2C e a assimetria contratual atípica das relações B2b .....	540
3.2	<i>Startups</i> e redes contratuais.....	545
3.3	<i>Vesting</i> e a teoria dos contratos relacionais.....	547
4	Considerações finais .....	549
	Referências.....	550

## MARCO LEGAL PARA STARTUPS NO BRASIL: UM CAMINHO NECESSÁRIO PARA SEGURANÇA JURÍDICA DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO

	Clara Cardoso Machado Jaborandy, Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar .....	553
1	Introdução .....	553
2	Características específicas da <i>startup</i> e a necessidade de regulação jurídica específica...554	
3	Declaração de direitos de liberdade econômica (Lei nº 13.874/2019), Inova Simples e criação de um marco legal para <i>startups</i> .....	558
4	Considerações finais .....	562
	Referências.....	563

## DIREITO 5.0

	José Barros Correia Junior, Paula Falcão Albuquerque .....	565
	Introdução .....	565
1	A Revolução Industrial: será que já se pode pensar na era 5.0?.....	566
1.1	As revoluções industriais .....	566
1.2	Computação tradicional <i>vs.</i> computação quântica.....	568
2	Inteligência artificial (IA) e a computação quântica.....	570
3	A máquina quântica e a segurança relacional na área da computação avançada .....	572
4	Problemas que o direito (atual) não pode deixar de resolver .....	574

Considerações finais .....	576
Referências.....	577

## PLATAFORMAS DE *STREAMING* E O COMPARTILHAMENTO DE SENHAS: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NA ECONOMIA DE COMPARTILHAMENTO

Gabriela Buarque Pereira Silva .....	579
1 Introdução .....	579
2 Termos de uso de plataformas de <i>streaming</i> .....	580
3 O delito de violação ao direito autoral.....	582
4 O enquadramento jurídico do compartilhamento de senhas .....	587
5 Considerações finais .....	590
Referências.....	590

## PERSONALIDADE JUDICIÁRIA DO NAVIO E A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO MARÍTIMO EM FACE DO ABUSO DO DIREITO DE PERSONALIDADE DO NAVIO

Ingrid Zanella Andrade Campos.....	593
1 Introdução .....	593
2 A responsabilidade e a personalidade judiciária do navio .....	595
3 Os possíveis direitos de personalidade do navio .....	598
4 Abuso de direito subjetivo e responsabilidade civil no direito marítimo .....	601
5 Conclusão .....	602
Referências.....	603

## BIODIREITO E TECNOLOGIA

### O DIREITO E O AVANÇO DA ENGENHARIA GENÉTICA

Mikaela Minaré Braúna, Leonardo Minaré Braúna .....	607
1 Introdução .....	607
2 Engenharia genética .....	609
2.1 Nucleases Dedos de Zinco ( <i>Zinc Finger Nucleases – ZFNs</i> ) .....	611
2.2 Nucleases Ligadas a Proteínas Efetoras Semelhantes a Ativadores Transcricionais ( <i>Transcription Activator-Like Effector Nucleases – TALENs</i> ).....	611
2.3 Meganucleases ( <i>Laqlidadg Homing Endonucleases – LHEs</i> ).....	612
2.4 Repetições Palindrômicas Curtas Espaçadas por Agrupamentos Regulatórios ( <i>Clustered Regulatory Interspaced Short Palindromic Repeats – CRISPRs/Cas9</i> ) .....	612
3 Da laicidade do Estado.....	615
4 Princípio e valor.....	615
5 Princípios constitucionais .....	617
6 A dignidade da pessoa humana.....	617
7 Direito à vida .....	618
8 Direito à saúde.....	619
9 Livre expressão da atividade científica.....	619
10 Considerações finais .....	620
Referências.....	621

### ENTRE A FICÇÃO CIENTÍFICA E A REALIDADE: O “ÚTERO ARTIFICIAL” E AS (FUTURAS) PERSPECTIVAS EM MATÉRIA DE BIOTECNOLOGIA REPRODUTIVA HUMANA À LUZ DO BIODIREITO

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto, Carlos Henrique Félix Dantas .....	623
Introdução .....	623
1 O admirável mundo novo da ectogênese: entre a ficção científica utópica e a realidade .....	625
2 O “útero artificial”, o presente e o futuro: em que fase estamos?.....	628
3 Dilemas jurídicos que podem advir do uso do “útero artificial” em humanos: o papel do biodireito como norteador das novas biotecnologias.....	632
3.1 O papel da bioética e do biodireito na proteção da pessoa humana a partir do desenvolvimento de novas tecnologias .....	633
3.2 Os possíveis efeitos jurídicos do recurso ao “útero artificial” .....	636
3.2.1 A tutela jurídica do embrião gestado no “útero artificial”: atribuição dos direitos da personalidade e extensão da proteção jurídica do nascituro.....	636

3.2.2	Establecimiento de los vínculos materno-paterno-filiais no contexto da ectogênese.....	638
3.2.3	O “útero artificial” e as suas possíveis repercussões no campo contratual e na responsabilidade civil.....	640
	Considerações finais .....	643
	Referências.....	645

#### CIRURGIAS ASSISTIDAS POR ROBÔS E ANÁLISE DIAGNÓSTICA COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: NOVOS DESAFIOS SOBRE OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS E O EQUACIONAMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA

	Paulo Nalin, Rafaella Nogaroli .....	649
1	Notas introdutórias: o (re)pensar da responsabilidade civil e dos princípios contratuais com a utilização da robótica e inteligência artificial nos cuidados da saúde.....	649
2	Cirurgias assistidas por robô e reflexos na seara da responsabilidade civil .....	652
2.1	Conceitos basilares da responsabilidade civil médica no séc. XXI .....	652
2.2	Forma de atribuição da responsabilidade civil entre todos os agentes envolvidos na cirurgia robótica .....	655
3	Inteligência artificial na análise diagnóstica e responsabilidade médica por erro de diagnóstico .....	659
3.1	Riscos da inteligência artificial na análise diagnóstica e as cláusulas contratuais éticas.....	661
3.2	Responsabilidade civil do médico na análise diagnóstica apoiada em inteligência artificial .....	665
4	Conclusão .....	667
	Referências.....	668

#### EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA

##### PRIVACIDAD Y CONSENTIMIENTO EN EL ENTORNO DIGITAL. APROXIMACIÓN DESDE LA PERSPECTIVA DE LA UNIÓN EUROPEA

	M. Natalia Mato Pacín.....	673
I	Introducción: Desarrollo tecnológico y datos personales .....	673
II	El consentimiento como base legal para el tratamiento de datos personales.....	675
III	¿Del modelo “advice & consent” al del “privacy by design”? .....	683
	Bibliografía .....	687

##### LA OBSOLESCENCIA PROGRAMADA EN LA LEY 19.496 SOBRE PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS DE LOS CONSUMIDORES CHILENA

	Erika Isler Soto.....	691
	Introducción .....	691
1	Una aproximación conceptual .....	692
2	Obsolescencia programada y régimen de la Ley 19.496.....	692
2.1	El consumidor no ha sido informado acerca de la incorporación de una práctica de obsolescencia programada en el producto .....	692
2.1.1	El derecho básico a una información veraz y oportuna .....	693
2.1.2	La información básica comercial .....	695
2.1.3	Publicidad falsa y/o engañosa .....	696
2.2	El consumidor ha sido informado acerca de la incorporación de una práctica de obsolescencia programada .....	697
	Conclusiones .....	699
	Bibliografía .....	700

##### LA IMPLEMENTACIÓN DE LAS TÉCNICAS DE SECUENCIACIÓN MASIVA Y SUS IMPLICACIONES JURÍDICAS EN EL CAMPO DEL DERECHO PRIVADO

	Natalia Wilson Aponte .....	703
I	Introducción.....	703
II	Regulación, características y tratamiento de los datos genómicos .....	704
III	Riesgos inherentes al tratamiento de los datos genómicos.....	708
IV	Medidas jurídicas de protección en función al tratamiento de datos genómicos.....	714
	Referencias .....	717

LAS NUEVAS TECNOLOGÍAS ANTE LA “SEXTIMIDAD”. LA RESPONSABILIDAD CIVIL Y PENAL POR EL *SEXTING*

Albert Ruda.....	719
1 Introducción.....	719
2 Riesgos del <i>sexting</i> desde el prisma de la responsabilidad civil.....	720
3 La intersección con el Derecho penal.....	724
4 Conflictos entre los intereses en juego.....	729
5 Aspectos subjetivos.....	732
6 El daño.....	739
7 Conclusiones.....	742
Bibliografía.....	743
SOBRE OS AUTORES.....	747